

Religião

Hierarquia da Igreja apela a Sócrates para que regulamentação da Nova Concordata avance depressa

12.07.2007 - 19h46 Lusa

Rui Gaudêncio/PÚBLICO (arquivo)



De acordo com Policarpo, o primeiro-ministro mostrou-se de acordo com a análise feita pela Igreja

A hierarquia da Igreja Católica apelou hoje ao primeiro-ministro para que o Governo avance o mais rapidamente possível com "propostas dialogantes" de legislação complementar sobre a Nova Concordata, para que se evite "um vazio legal".

As declarações do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, surgiram no final do encontro que manteve com José Sócrates na residência oficial do primeiro-ministro, e no qual estiveram também presentes o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), o Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, o porta-voz da CEP, D. Carlos Azevedo, e o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira.

O encontro, que durou aproximadamente duas horas, foi aproveitado pelos representantes da Igreja para discutir com José Sócrates e com o ministro da Presidência as reivindicações dos bispos da passada terça-feira, quando acusaram o Governo de "falta de diálogo" em áreas como a Educação, Solidariedade ou regulamentação da Concordata".

A Concordata é o tratado internacional celebrado entre a Santa Sé e o Estado português com a finalidade de assegurar os direitos dos Católicos e da Igreja Católica.

Na terça-feira, o porta-voz da CEP, D. Carlos Azevedo, afirmou que os bispos acompanhavam "com bastante preocupação" o "comportamento do Estado" em áreas como a solidariedade social, a educação, a regulamentação da Concordata, a

reforma da comunicação social ou o acompanhamento espiritual em prisões e hospitais.

Em declarações aos jornalistas após o encontro de hoje com Sócrates, D. José Policarpo afirmou ter-se tratado de uma reunião "muito simpática, objectiva e produtiva" da qual "saiu satisfeito porque lhe foram garantidos os princípios da Concordata".

"Nos últimos dias falou-se de um mal-estar, que estava a sentir-se em vários sectores da sociedade e sobretudo naquele que diz respeito a instituições católicas, pelo que começámos a ficar preocupados", afirmou o Cardeal Patriarca, explicando que a Igreja pediu a audiência ao primeiro-ministro "para ver quais eram as causas desse mal-estar e para resolver a situação em quanto é tempo".

Policarpo explicou que durante o encontro não foram falados assuntos que dizem respeito a ministérios em concreto, sublinhando que o grande objectivo "foi ver qual era o ambiente geral e o enquadramento desta situação".

O cardeal disse que José Sócrates "em grande parte desconhecia" este problema mas "mostrou-se muito sensível".

"Na nossa perspectiva a causa principal do mal-estar foi o vazio legal que se fez sentir a partir de 2004, com a assinatura da Nova Concordata, e a lentidão que se verificou no processo de regulamentação", concretizou o cardeal.

"Foi por isso que pedimos hoje duas coisas ao primeiro-ministro: primeiro que se aceitasse o princípio de que a legislação esteja em vigor até ser substituída por uma nova e que se avançasse o mais rapidamente possível porque não temos interesse nenhum em viver regulados por diplomas legais que foram elaborados a partir da Concordata de 1940", sublinhou D. José Policarpo.

"O que queremos é que - em negociações no contexto actual da nossa sociedade e da presença da Igreja na sociedade - se faça uma nova legislação regulamentar", explicando que espera que "cada ministério ou departamento avance o mais rapidamente possível com propostas dialogantes para evitar que se crie um vazio legal".

De acordo com Policarpo, o primeiro-ministro mostrou-se "completamente de acordo com a análise feita por parte da Igreja" e "deu explicações sobre o porquê da demora" na regulamentação da lei da Concordata.